

BC deve Cr\$ 23 trilhões de juros sobre a dívida

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O Banco Central deve Cr\$ 23 trilhões de juros sobre a dívida externa, cerca de um quarto do montante total de Cr\$ 91 trilhões de juros que pesam sobre o déficit público e quase a metade do total correspondente à dívida externa. É o maior devedor isolado de juros no Exterior, segundo informou ontem o chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Paulo Nogueira Batista Jr., logo após a exposição do ministro João Sayad sobre o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República aos empresários reunidos na Confederação Nacional da Indústria.

A dívida do Banco Central, como explicou o economista, corre por conta de cruzeiros recolhidos ao BC e não convertidos em dólares para pagamento dos débitos renegociados com os credores externos, ou que simplesmente deixaram de ser pagos nas datas previstas. Esses débitos estão contabilizados sob a rubrica da resolução 432 (depósitos em moeda estrangeira no Banco Central) e dos programas de renegociação com os credores externos. Do montante total de juros a serem pagos este ano, Cr\$ 59,1 trilhões são da dívida externa, e o restante representa encargos relativos à dívida interna.

Sayad classificou de "crucial" a redução do déficit público e defendeu o aumento da carga tributária, seja através da redução seletiva de incentivos fiscais, seja pelo aumento direto de impostos. "Infelizmente — disse Sayad em entrevista coletiva —, temos de usar todos os instrumentos disponíveis para redução do déficit público, como primeiro passo para reduzir a inflação e baixar as taxas de juros. Tenho certeza de que o

setor privado prefere impostos a mais juros."

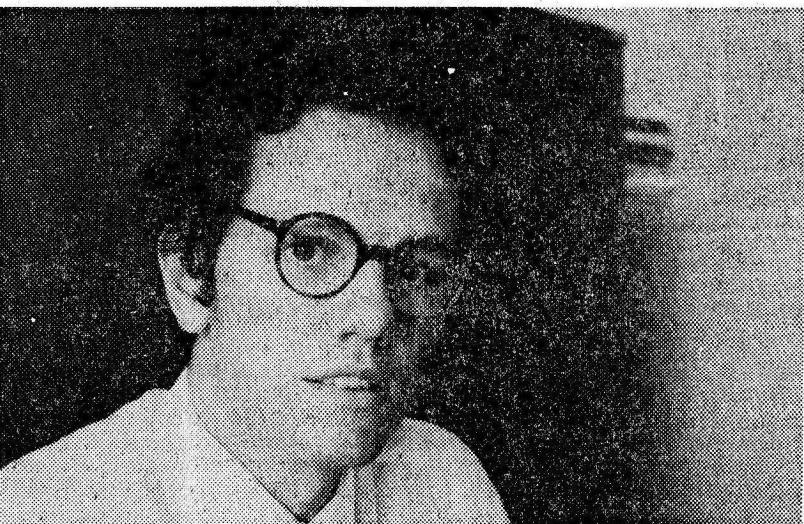
Outra forma de redução do déficit público, segundo o ministro, é a reforma do sistema de subsídios, de forma a evitar despesas desnecessárias, mas resguardando os que servem a regiões pobres como o Nordeste. Destacou também "o corte seletivo em investimentos não econômicos". Sayad não quis especificar onde poderão ocorrer esses cortes, dizendo que "isso é uma decisão de governo". E acrescentou: "Vamos evitar os cortes em programas de natureza social como a merenda escolar, escolas, combate às doenças endêmicas, entre outras, que constituem parte da prioridade social do Plano de Desenvolvimento".

Sayad culpou o descontrole da máquina administrativa pelas dificuldades para medir a verdadeira extensão do déficit público. Mas dei-

xou claro que a decisão final sobre os cortes "é de natureza política".

"Nossa preocupação imediata — disse ainda o ministro — é a recuperação do nível de emprego, a redução da taxa de inflação e das taxas de juros."

Segundo se informou mais tarde, os dados do Ministério do Planejamento indicam que este ano a transferência líquida de recursos do Brasil ao Exterior por conta da dívida externa é de US\$ 9 bilhões. E o enfoque que está sendo aplicado às negociações, pelo menos na ótica do Planejamento, é de que o conceito de "dinheiro novo" é incorreto e os credores devem ser convencidos de que seus empréstimos representam apenas uma forma de diminuir essa transferência e permitir ao Brasil certa folga para a retomada da economia.



Arquivo

Paulo Nogueira: BC é o maior devedor de juros no Exterior